



Angela Sartori  
Coordenadora

Prefácio  
Ives Gandra da Silva Martins

# QUESTÕES ATUAIS DE DIREITO ADUANEIRO E TRIBUTÁRIO À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS

*PREFÁCIO*  
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

2ª EDIÇÃO REVISTA E AMPLIADA

**FORUM**

Esta obra é um projeto de conselheiros e ex-conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda (CARF), com ampla e reconhecida experiência na área aduaneira e tributária, que se debruçaram a estudar assuntos polêmicos inseridos no momento atual.

Os temas tratados aqui são de interesse de todos aqueles que militam nestas áreas e desejam se atualizar com posições jurisprudenciais dos tribunais administrativos e judiciais, além dos diversos entendimentos doutrinários, tornando assim um livro dinâmico.

Neste contexto, o papel da doutrina é essencial, sobretudo porque permite a investigação, pesquisa e análise levando os autores a um passo além da verdade já estabelecida.

Nosso intuito é fomentar o debate, o estudo, analisar as decisões judiciais e administrativas, apontando opiniões, muitas vezes controversas, demonstrando que tais opiniões e decisões vêm mudando através dos tempos, orientando com isto aqueles que atuam tanto na área tributária como aduaneira.

Neste cenário de frequentes debates, mudanças e alterações legislativas e jurisprudenciais buscamos trazer a compreensão dos assuntos mais polêmicos, aprofundando a compreensão sobre os temas e contribuindo para uma maior compreensão dos assuntos abordados e robustecimento de nossas bases doutrinárias, por meio de uma abordagem prática, das questões atuais.

**Área específica**

DIREITO TRIBUTÁRIO

**Áreas afins**

DIREITO ADUANEIRO

**Público-alvo/consumidores**

ADVOGADOS, MILITANTES NA ÁREA,  
DESPACHANTES ADUANEIROS,  
EMPRESÁRIOS E ESTUDANTES.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 10001444

Q5 Questões atuais de Direito Aduaneiro e Tributário à luz da jurisprudência dos tribunais / coordenado por Angela Sartori. - 2. ed. rev. e ampl. - Belo Horizonte : Fórum, 2019.

366 p. ; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-85-450-0540-7

1. Direito. 2. Direito aduaneiro. 3. Direito tributário. 4. Jurisprudência. I. Sartori, Angela. II. Título.

CDD 343.096

CDU 347.79

**Angela Sartori** é advogada. Juíza do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo (TIT). Mestranda em Tributação Internacional e Desenvolvimento no IBDT. Especialista em Direito Tributário pela PUC-SP e extensão em Direito Internacional pela FGV-GVlaw. Ex-Conselheira do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda (CARF). Membro da Comissão do Contencioso Administrativo Tributário da OAB/SP, mais de 20 anos de experiência na área tributária e aduaneira. Autora de diversas obras, professora e palestrante em diversos eventos.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO	
<b>Ives Gandra da Silva Martins</b> .....	13
APRESENTAÇÃO	
<b>Angela Sartori</b> .....	15
O INSTITUTO DA DECADÊNCIA NO COMÉRCIO EXTERIOR	
<b>Mércia Helena Trajano Damorim</b> .....	17
O CONTROLE DO VALOR ADUANEIRO NA IMPORTAÇÃO	
<b>Fernando L. Lobo d'Eça</b> .....	33
1 Introdução .....	33
2 As fontes de controle do valor aduaneiro na importação.....	35
a) Os métodos de valoração do AVA-GATT .....	37
3 O objeto do procedimento de valoração aduaneira. Os limites entre o comércio exterior e o comércio interno e a revisão aduaneira.....	41
a) O negócio jurídico subjacente à importação e os pressupostos legais de sua valoração .....	44
b) Os critérios paradigmáticos (temporal e quantitativo) da valoração.....	49
c) A retenção e a liberação de mercadorias importadas objeto de valoração .....	51
4 As penalidades aplicáveis no procedimento de valoração....	55
a) Ideias introdutórias.....	55
b) Os casos de dúvida gerada pela falta de guarda ou apresentação de documentos e respectivos registros contábeis .....	60
c) Os casos de comprovada fraude, sonegação ou conluio e o crime de descaminho .....	62
1) O subfaturamento e a falsidade de declaração do importador.....	67
2) O perdimento de bens: O subfaturamento qualificado pela falsificação de documentos e a interposição fraudulenta de pessoas .....	71
3) A multa alternativa da pena de perdimento .....	76
Referências .....	81
O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA NAS IMPORTAÇÕES DE SERVIÇOS	
<b>Cláudio Augusto Gonçalves Pereira</b> .....	83
1 Introdução.....	83
2 O imposto sobre serviços no estado brasileiro: Resgate histórico.....	84
3 Conceito de serviços.....	85
4 Importação.....	88
4.1 Importação de serviços: Visão geral .....	88
4.2 Importação de serviços: Visão pela Lei Complementar nº 116/2003 .....	90
5 Conclusão .....	93

## TRIBUTAÇÃO DE SOFTWARE NA IMPORTAÇÃO

<b>Dalton César Cordeiro de Miranda</b> .....	95
1 Introdução.....	95
2 O computador e o <i>software</i> .....	95
3 A disciplina do <i>software</i> no sistema jurídico brasileiro .....	96
4 O conceito jurídico de <i>software</i> .....	97
5 Natureza dos fatos e relações jurídicas relacionadas ao <i>software</i> .....	98
6 Imposto de importação e <i>software</i> .....	98
7 A jurisprudência do Tribunal Administrativo Federal sobre a tributação de <i>software</i> na importação .....	99
8 Conclusão .....	107

## ROYALTIES, TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E NORMA INTERPRETATIVA

<b>Gilberto de Castro Moreira Junior, Flora Ferreira de Almeida</b> ....	109
1 Introdução.....	109
2 Conceito de <i>royalties</i> no direito brasileiro .....	109
3 Hipótese de incidência da Cide- <i>Royalties</i> .....	110
4 Jurisprudência do CARF .....	113
5 Alteração legislativa – Lei nº 11.452/2007 – Norma interpretativa .....	120
Referências .....	125

## VEDAÇÃO AO DIREITO DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. LEI Nº 13.137, DE 19 DE JUNHO DE 2015. INCONSTITUCIONALIDADE

<b>Rangel Perrucci Fiorin</b> .....	127
1 Resumo.....	127
2 Introdução.....	127
3 Das sucessivas alterações legais da COFINS e a não cumulatividade .....	128
Referências .....	137

## O NOVO DRAWBACK “FLEX”

<b>Luís Eduardo Garrossino Barbieri</b> .....	139
1 Introdução.....	139
2 A evolução histórica da legislação .....	140
3 Reflexões sobre as consequências jurídicas decorrentes da “flexibilização” .....	148
3.1 Vinculação física x fungibilidade .....	149
3.2 Mercadorias equivalentes.....	150
3.3 Formalidades na comprovação.....	151
3.4 A possibilidade de substituição das mercadorias (flexibilização ou fungibilidade) poderá ser aplicada aos casos em litígio? .....	152
3.5 A flexibilização do regime e os acordos e tratados internacionais .....	154
4 Conclusão .....	154

DRAWBACK E A QUESTÃO POLÊMICA DE TRIBUTAR OU NÃO AS EXPORTAÇÕES AMPARADAS POR ESTE REGIME

<b>Angela Sartori</b> .....	157
1 Regimes aduaneiros especiais e sua natureza jurídica .....	157
2 Os regimes aduaneiros especiais existentes no Direito brasileiro .....	160
3 Definição legal – <i>Drawback</i> , um incentivo à exportação.....	160
4 Benefícios do regime e tributos alcançados .....	163
4.1 Beneficiários do regime.....	167
4.2 Produtos aos quais se aplica .....	168
4.3 Produtos ou situações de aplicação vedada .....	169
4.4 Modalidades e submodalidades de <i>Drawback</i> .....	170
4.5 Requisitos para concessão e processamento do regime.....	172
4.6 Operações de industrialização permitidas.....	172
4.7 Saldo comercial positivo.....	173
5 Aspecto polêmico – A exportação no <i>drawback</i> pode ou não ser tributada.....	174
6 Conclusão .....	182

A ZONA FRANCA DE MANAUS E A ISENÇÃO DE PIS E COFINS

<b>Fabiola Cassiano Keramidas</b> .....	183
1 Introdução.....	183
2 Da venda de produtos para empresas situadas na Zona Franca de Manaus .....	186
3 Do arcabouço legislativo específico do PIS.....	186
4 Do arcabouço legislativo específico da Cofins .....	188
5 O cerne da questão – A problemática instaurada com a interpretação das normas de PIS e COFINS e das decisões proferidas pelo STF .....	190
6 A jurisprudência dos tribunais: Judicial e administrativo.....	193
a) Tribunal Administrativo – Carf.....	194
b) Análise das Decisões Administrativas .....	197
c) Entendimento do Superior Tribunal de Justiça .....	207
7 Conclusão .....	209

INTERPOSIÇÃO FRAUDENTA EM OPERAÇÕES DE IMPORTAÇÃO

<b>Solon Sehn</b> .....	210
1 Introdução e delimitação do tema.....	211
2 Modalidades de importação no direito brasileiro .....	212
3 Objetividade jurídica do tipo infracional.....	214
4 Tipificação e natureza da infração .....	217
5 Penalidades aplicáveis .....	223
6 Conclusão .....	229
Referências .....	230

CUMULAÇÃO DE PENALIDADES ADUANEIRAS: PENA DE PERDIMENTO, MULTA POR SUBFATURAMENTO E MULTA DE OFÍCIO QUALIFICADA

<b>José Fernandes do Nascimento</b> .....	233
1 Introdução.....	233
2 Da pena de perdimento à multa equivalente ao valor aduaneiro da mercadoria .....	234

3	Do concurso de infrações aduaneiras .....	236
4	Características da pena de perdimento e da multa equivalente ao valor aduaneiro da mercadoria.....	238
5	Falsidade da fatura comercial e o subfaturamento.....	239
6	A infração e a multa por subfaturamento.....	242
7	Aplicação da multa por subfaturamento cumulada com a multa de ofício qualificada.....	245
8	A pena de perdimento ou multa equivalente ao valor aduanheiro e a multa por subfaturamento .....	248
8.1	Aplicação da pena de perdimento ou da multa por subfaturamento.....	249
8.2	Aplicação da multa equivalente ao valor aduanheiro ou da multa por subfaturamento .....	251
9	Aplicação da multa equivalente ao valor aduanheiro cumulada com a multa de ofício qualificada.....	254
10	Considerações finais.....	255
	Referências .....	257

#### ASPECTOS JURÍDICOS DO PROCEDIMENTO ESPECIAL DE CONTROLE ADUANEIRO

	<b>Walter Machado Veppo</b> .....	259
1	Introdução.....	259
2	Uma sinopse sobre a pena de perdimento no ordenamento jurídico brasileiro .....	261
3	O despacho aduanheiro e o início do procedimento especial de controle aduanheiro .....	263
4	Tipicidade – motivos determinantes para instauração do procedimento especial de controle aduanheiro.....	265
5	O princípio da proporcionalidade e o prazo de retenção dos bens para efeitos de controle aduanheiro .....	270
6	A instauração do procedimento especial – questões controvertidas .....	272
7	A questão da apreensão cautelar dos bens pela administração aduanheira .....	275
8	O encerramento do procedimento especial e seus reflexos .....	278
9	Conclusão .....	281
	Referências .....	283

#### UMA REFLEXÃO SOBRE OS LIMITES DE ATUAÇÃO DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

	<b>Antonio Cecílio Moreira Pires, Eduardo Stevanato Pereira de Souza, Lilian Regina Gabriel Moreira</b> .....	285
1	Introdução.....	285
2	A existência do processo administrativo .....	287
3	Processo administrativo – conceito.....	290
4	Aspectos constitucionais do processo administrativo .....	293
5	Princípios de direito público e o processo administrativo .....	296
6	Princípios processuais propriamente ditos.....	302
7	Conclusão: função administrativa e a atividade judicante.....	305
	Referências .....	311

#### A TRIBUTAÇÃO NA CESSÃO DE *SOFTWARE* DO EXTERIOR

	<b>Gileno Gurjão Barreto , Letícia Marques Netto</b> .....	313
1	Introdução.....	313

2	Parâmetros e definições .....	314
3	A controvertida tributação do <i>software</i> no âmbito do ISS x ICMS: Previsão legal e jurisprudência .....	316
4	PIS/COFINS – Importação na importação de <i>software</i> por <i>download</i> .....	324
5	Aplicação do regime não cumulativo às operações subsequentes, com <i>software</i> nacionais ou importados.....	329
6	Conclusões.....	339

#### REFLEXÕES SOBRE A ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA NO ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL

	<b>Angela Sartori, Carlos Eduardo de Biasi</b> .....	341
1	Introdução.....	341
2	O procedimento amigável em matéria tributária internacional.....	342
3	A cláusula arbitral no âmbito internacional e suas críticas.....	347
4	A arbitragem em matéria tributária no Brasil e as principais críticas.....	352
5	Reflexões sobre a Arbitragem e a aplicação da legislação no Brasil.....	356
6	Conclusão .....	360
	Referências .....	361
	<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	363